

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE O USO SEGURO DE MEDICAMENTOS POR PESSOAS IDOSAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CRAS

Abigail Gonçalves

Juliana Aparecida Azevedo Marcondes

Kattlin Dayne Rosa

Lucas Rigo

Nair Fernanda Alberti Cordeiro

Salete Rodrigues Fortes

Vitória Finger

O envelhecimento populacional é uma realidade no Brasil, evidenciado pelo aumento da expectativa de vida ao nascer, que alcançou 76,6 anos em 2024 (IBGE, 2025). Segundo o Ministério da Saúde, considera-se pessoa idosa aquela com 60 anos ou mais, sendo o envelhecimento um processo natural, denominado senescência, caracterizado por alterações progressivas no organismo ao longo da vida. No entanto, quando esse processo se associa a doenças, agravos e perdas funcionais, pode ocorrer a senilidade, com repercussões sobre a autonomia, a independência e a qualidade de vida da pessoa idosa (BRASIL, 2006; BRASIL, 2023).

Nesse contexto, o processo senil pode estar relacionado ao comprometimento da capacidade funcional da pessoa idosa para realizar as Atividades Básicas de Vida Diária (ABVD), especialmente diante da presença de doenças crônicas, fragilidade e maior necessidade de cuidado. Com o aumento da longevidade, observa-se também maior prevalência de condições crônicas, o que pode resultar no uso contínuo de múltiplos medicamentos. Esse fenômeno é denominado polifarmácia e corresponde, de modo geral, ao uso simultâneo de cinco ou mais medicamentos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019; ANDRADE et al., 2024).

Além disso, insere-se nesse cenário a fragilidade da pessoa idosa, compreendida como uma condição multidimensional que envolve aspectos biológicos, psicológicos e sociais, podendo aumentar a vulnerabilidade e favorecer desfechos desfavoráveis, como quedas, hospitalizações, perda de autonomia e redução da capacidade funcional (BRASIL, 2006; BRASIL, 2023). Nesse contexto, a polifarmácia pode estar associada ao agravamento da fragilidade, especialmente quando envolve medicamentos potencialmente inapropriados, interações medicamentosas, duplicidade terapêutica e maior risco de eventos adversos. Assim, a relação entre fragilidade e uso múltiplo de medicamentos deve ser compreendida de forma articulada, considerando que a vulnerabilidade clínica pode ampliar a necessidade de medicamentos e, ao mesmo tempo, o uso inadequado desses medicamentos pode comprometer a segurança e a funcionalidade da pessoa idosa (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019; ANDRADE et al., 2024).

Os Medicamentos Potencialmente Inapropriados (MPI) são aqueles cujo uso em pessoas idosas exige maior cautela, pois podem apresentar riscos superiores aos benefícios, especialmente diante de alterações fisiológicas do envelhecimento, presença de comorbidades e uso concomitante de outros fármacos (OLIVEIRA et al., 2016). No estudo de Andrade et al. (2024), que analisou 496 prontuários de pessoas idosas atendidas em primeira consulta em uma Policlínica Gerontológica, observou-se prevalência de polifarmácia em 13,91% dos participantes. Destes, 57,97% faziam uso de pelo menos um MPI, com destaque para a glibenclamida e o omeprazol. Além disso, o estudo identificou que pessoas idosas em condição de vulnerabilidade apresentaram risco 3,59 vezes maior de polifarmácia, evidenciando a relação entre vulnerabilidade clínica e uso múltiplo de medicamentos (ANDRADE et al., 2024).

Os principais riscos relacionados ao uso incorreto de medicamentos por pessoas idosas incluem interações medicamentosas, esquecimento de doses, duplicidade terapêutica, automedicação, intoxicações, eventos adversos e não adesão ao tratamento. Esse cenário reforça a necessidade de avaliação criteriosa das prescrições medicamentosas, revisão periódica dos medicamentos em uso e ações educativas que favoreçam a segurança medicamentosa, a autonomia e a

participação da pessoa idosa no próprio cuidado (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019; ANDRADE et al., 2024).

Diante disso, questiona-se: como uma ação de educação em saúde desenvolvida no CRAS pode contribuir para a conscientização de pessoas idosas sobre o uso correto, seguro e racional de medicamentos? Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de uma ação educativa realizada com pessoas idosas atendidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), voltada à conscientização sobre o uso seguro e racional de medicamentos, com vistas à prevenção de riscos relacionados à automedicação, intoxicações, interações medicamentosas e não adesão terapêutica.

O CRAS desenvolve ações voltadas ao acolhimento, à orientação e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, incluindo atividades destinadas à população idosa por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2022). Nesse contexto, embora o CRAS não seja responsável pela prescrição medicamentosa, o serviço pode atuar de forma complementar na promoção do cuidado, ao favorecer espaços de orientação, escuta, convivência e identificação de situações que demandem encaminhamento à Unidade Básica de Saúde (UBS) e à rede de proteção.

Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo, desenvolvido a partir de uma ação de educação em saúde realizada com um grupo de pessoas idosas atendidas pelo CRAS do município de Videira-SC. A atividade ocorreu em um único encontro, com a participação de 14 pessoas idosas, sendo 11 mulheres e 3 homens, com idades entre 62 e 84 anos.

Durante a ação, foram abordados aspectos relacionados ao uso correto, seguro e racional de medicamentos, com ênfase no conceito de polifarmácia, nos riscos da automedicação, nas interações medicamentosas, na organização de horários e doses e na prevenção do uso inadequado de medicamentos. Para a intervenção, utilizaram-se adesivos organizadores de horários, com identificação visual dos turnos de uso, e folheto ilustrado para consulta domiciliar, como recursos

educativos voltados a facilitar a compreensão das orientações e favorecer a autonomia dos participantes no manejo de seus medicamentos.

Como contribuições da atividade, destacaram-se o estímulo à autonomia das pessoas idosas para esclarecer dúvidas com os profissionais de saúde, especialmente quanto aos horários de uso dos medicamentos e à sua relação com a alimentação; o fortalecimento da articulação entre o CRAS e a UBS; a utilização de identificações visuais, como desenhos de sol e lua, para auxiliar na distinção dos horários de cada medicação; e o reconhecimento do CRAS como espaço de apoio, orientação e referência para o encaminhamento de dúvidas relacionadas ao cuidado em saúde.

Durante a atividade de educação em saúde, os participantes demonstraram envolvimento ao compartilharem suas rotinas de organização e administração de medicamentos. Os relatos evidenciaram diferentes estratégias adotadas no domicílio, como armazenamento dos medicamentos em locais de fácil acesso e visualização, uso de caixas organizadoras semanais, separação dos fármacos por dia e horário com apoio de familiares ou cuidadores, utilização de alarmes em aparelhos celulares e transporte organizado dos medicamentos quando havia necessidade de administração fora do domicílio.

Apesar dessas estratégias, também foram relatadas condutas de risco, como automedicação, indicação de medicamentos próprios a terceiros sem orientação profissional e consumo concomitante de medicamentos com bebidas alcoólicas. Destacou-se o relato de uma participante que referiu ter apresentado sintomas após associar medicamento anti-hipertensivo ao álcool, utilizando sua experiência para alertar os demais participantes sobre os riscos dessa prática.

A experiência evidenciou que a ação educativa favoreceu a participação das pessoas idosas e possibilitou a discussão de situações presentes no cotidiano, como a organização dos horários, o armazenamento dos medicamentos, o esquecimento de doses, a automedicação e o uso inadequado associado a bebidas alcoólicas. Observou-se que muitos participantes já utilizavam estratégias próprias para organizar seus medicamentos, como caixas separadoras, apoio de familiares e alarmes no celular, porém ainda apresentavam dúvidas quanto ao uso correto e

seguro. Nesse sentido, os recursos visuais utilizados, como adesivos com identificação dos turnos e folheto ilustrado, contribuíram para tornar as orientações mais acessíveis e próximas da realidade dos participantes.

Conclui-se que o uso incorreto de medicamentos por pessoas idosas constitui uma importante questão de saúde pública, especialmente diante da polifarmácia, do uso de medicamentos potencialmente inapropriados e da vulnerabilidade clínica. A ação de educação em saúde desenvolvida no CRAS mostrou-se relevante ao contribuir para a conscientização dos participantes quanto ao uso seguro e racional de medicamentos, por meio de orientações acessíveis, diálogo coletivo e recursos visuais. Assim, frente ao problema proposto, observa-se que a intervenção favoreceu a autonomia, o esclarecimento de dúvidas e o reconhecimento do CRAS como espaço de apoio e orientação, sem substituir o acompanhamento clínico realizado pelos serviços de saúde.

Palavras-chave: Saúde do Idoso; Polifarmácia; Medicamentos Potencialmente Inapropriados; CRAS; Educação em Saúde;

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Raquel Coelho de et al. Polifarmácia, medicamentos potencialmente inapropriados e a vulnerabilidade de pessoas idosas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 27, p. e230191, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/Fj83KxWRbk7wwHBNDq7tP9v/>. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. **Guia de cuidados para a pessoa idosa**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. 164 p. ISBN 978-65-5993-455-3. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_cuidados_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) (Série A.

Normas e Manuais Técnicos). Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad19.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2026.

IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil: análises e tabelas 2024.**

Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2025.

Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=73097&view=detalhes>.

Acesso em: 01 jun. 2026.

OLIVEIRA, Márcio Galvão et al. Consenso brasileiro de medicamentos

potencialmente inapropriados para idosos. **Geriatrics, Gerontology and Aging**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 1-14, 2016. DOI:

<https://doi.org/10.5327/Z2447-211520161600054>. Disponível em:

<https://www.ggaging.com/details/397/pt-BR/brazilian-consensus-of-potentially-inappropriate-medication-for-elderly-people>. Acesso em: 01 jun. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Medication safety in polypharmacy:**

technical report. Geneva: World Health Organization, 2019. 61 p.

WHO/UHC/SDS/2019.11. Disponível em:

<https://www.who.int/publications/i/item/medication-safety-in-polypharmacy-technical-report>. Acesso em: 01 jun. 2026.

Imagens relacionadas

Imagem 1: Dinâmica com o grupo



Fonte: Os autores.

Imagem 2: Alunos e participantes



Fonte: Os autores.